

Idiomas dos índios subvertem conceitos da lingüística

José Rezende Jr.

Aliado

BRASÍLIA — Assustado, o índio saiu correndo, na aldeia dos tapirapés, na ilha do Bananal. Aproximou-se de um grupo que tinha ao centro uma missionária católica e gritou esbafofado: — Corre, irmazinha, corre, Ione mordeu cachorro.

A freira não entendeu nada, mas correu. Para constatar pouco adiante que, como era muito mais natural, o cachorro é que tinha mordido Ione Leite, antropóloga do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

O índio tinha trocado o sujeito pelo objeto e o objeto pelo sujeito, porque formulara a frase em sua língua e a traduzira ao pé da letra. Essa inversão é uma das muitas revelações inéditas que vão subverter algumas certezas unânimes dos manuais de lingüística do mundo inteiro, segundo os quais não há língua no mundo que comece a frase pelo objeto: o sujeito ou o verbo estão sempre em primeiro lugar, afirmam.

Cinquenta — Não havia. Ou melhor, havia, mas ninguém tinha descoberto isso ainda. Descobriram-no agora, com o início do Programa de Pesquisa Científica de Línguas Indígenas Brasileiras, apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, do Ministério da Ciência e Tecnologia). A meta do programa é descrever e documentar, nos próximos cinco anos, 50 desses idiomas.

— Temos muito o que aprender com os índios — afirma o internacionalmente conceituado lingüista Airon Dall'Igna Rodrigues, professor titular da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas, SP). Depois de 45 anos de estudo de línguas indígenas brasileiras, Rodrigues vê finalmente atendida uma antiga reivindicação sua e de seus colegas, com o início do Programa de Pesquisa Científica.

O entusiasmo é grande entre os professores:

— A pesquisa das línguas indígenas brasileiras é capaz de permitir a descoberta de fenômenos lingüísticos inéditos no mundo inteiro e pôr em xeque vários conceitos até então intocáveis, aumentando o conhecimento da própria capacidade humana de falar — diz a lingüista Rute Montserrat, da Fundação Nacional Pró-Memória, há 18 anos pesquisando esses idiomas.

Para os estudiosos do assunto, tem um sabor especial descobrir línguas indígenas capazes de subverter manuais de lingüística do mundo inteiro, como é o caso da frase começada por objeto. Hoje, no entanto, já se sabe que pelo menos 10 tribos amazônicas utilizam esse tipo de estrutura.

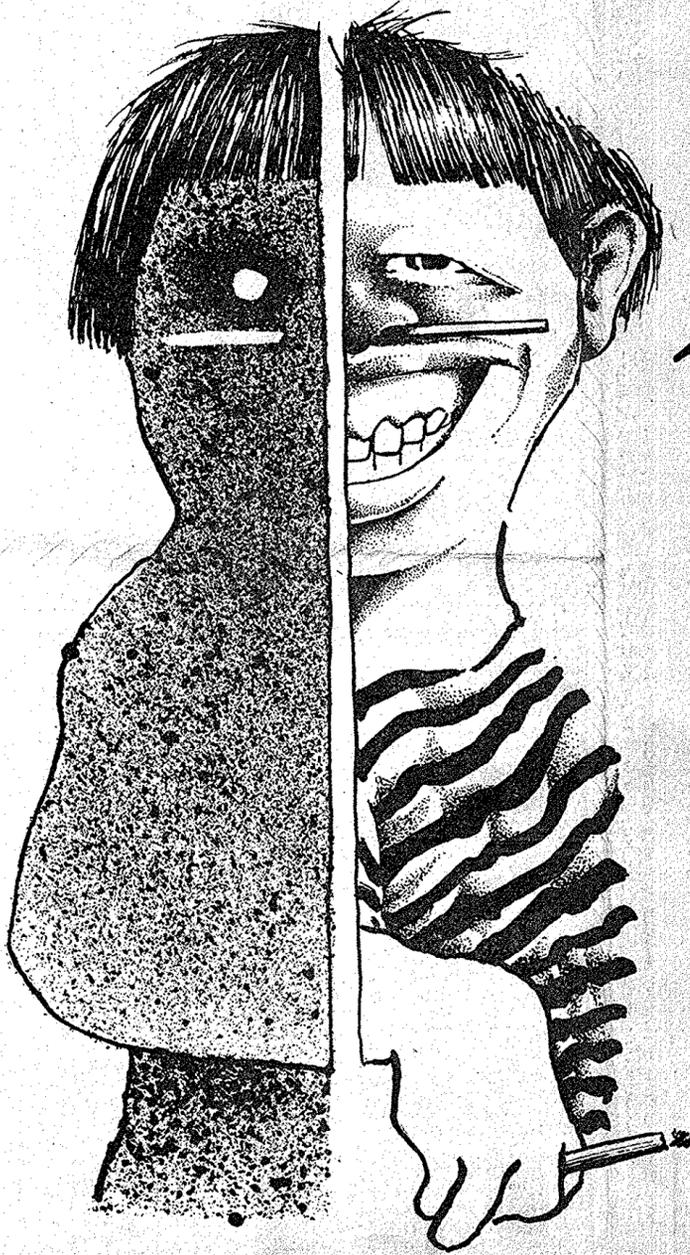
É o caso, por exemplo, dos hixcarianas, do norte do Pará, que, ao dizerem "Biricômo iotahano uosi" (ao pé da letra, "Menino surrou mulher"), na verdade querem dizer "Mulher surrou menino". Isso os leva a confusões quando aprendem o português. Continuam a raciocinar pela primeira estrutura sintática que conheceram — o que leva a situações como a do tapirapé que gritava: — Ione mordeu cachorro.

Novos sons — A pesquisa junto a diferentes povos indígenas do território brasileiro tem permitido também a descoberta de sons que jamais se imaginou fosse capaz de articular o aparelho fonador humano. Ou a constatação de que homens e mulheres podem usar palavras diferentes para dizer a mesma coisa: em diversas línguas da família tupi-guarani a mulher usa a palavra "membira" para se referir tanto ao filho quanto à filha, enquanto o homem usa "raira" para o filho e "rajira" para a filha.

Os homens da nação carajá, da ilha do Bananal, eliminam de seu alfabeto algumas consoantes, simples ou duplas, como K e Tx, mantida na fonologia feminina. Assim, "filho" para os homens é "riore" e para as mulheres "ricore" (o c representando o som de k). Diferença que não é tão insignificante assim quando se lembra que isso torna preciso redigir uma cartilha para meninos e outra para meninas nas escolas que ensinam a ler e escrever na língua carajá.

Esmagadas — Todas essas revelações seriam muito mais amplas, permitindo o aparecimento de um acervo muito mais rico de fenômenos, se nos 487 anos a partir da descoberta não tivessem desaparecido cerca de 200 línguas indígenas brasileiras. Foram esmagadas pelo peso do idioma oficial dos brancos ou morreram junto com o último representante do povo que as falava: muitos povos foram totalmente extintos, como os carijós, os tupinambás e os tapajós. Só na primeira metade deste século, segundo o antropólogo Darci Ribeiro, 87 povos indígenas foram completamente aniquilados.

Quem os aniquilou? A mesma civilização branca que incorporou ao vocabulário da língua dominante palavras tupinambás como jacaré, urubu, mandioca, pirão, mingau, pipoca, pururuca, peroba, sápcar, cutucar, curumim (menino, entre tribos do Nordeste) e guri (peixe pequenino, espécie de bagrinho entre tribos do Sul do país e, por extensão, também menino). É que, no primeiro momento, a língua da civilização que iria extinguir uma população indígena calculada em 100 mil pessoas, na época do descobrimento, era falada por uma escassa minoria, à qual não restava outra alternativa senão aprender um mínimo de tupinambá para o entendimento.



Ensino põe em perigo as nações

Para a educadora Nietta Monte, do Museu do Índio, no Rio, especializada no trabalho em áreas indígenas, o ensino tradicional, praticado na maioria das escolas dessas áreas sem levar em conta a língua e a cultura dos índios, "é um dos mais eficientes instrumentos do etnocídio". A implantação urgente de um ensino bilíngüe foi um dos principais pontos aprovados pelo documento final do Encontro Nacional de Educação Indígena, promovido em outubro, no Rio de Janeiro, pelo Museu do Índio e pela Fundação Nacional Pró-Memória, com participação de lideranças indígenas, educadores, lingüistas e antropólogos, entre outros.

Praticado em algumas áreas indígenas, muitas vezes por iniciativa dos índios e com professores e monitores da própria comunidade, o ensino bilíngüe tem contribuído para que aconteçam com menos intensidade tragédias culturais, como a dos pataxós, do sul da Bahia, que assistiram ao desembarque dos portugueses, em 1500. Dos cerca de 1 mil 700 sobreviventes, apenas uma velha ainda se lembra do velho idioma pataxó. E não tem com quem conversar.

No extremo oposto, o ticuna, a língua indígena mais falada hoje no Brasil (pelos 18 mil ticunas do Amazonas), sobrevive a 300 anos de contato com o branco. Conscientes de que o material utilizado nas escolas das 56 aldeias vinha de fora e não correspon-

dia à realidade da tribo, os professores ticunas reuniram-se e redigiram a Primeira Cartilha Ticuna, para alfabetizar as crianças na sua própria língua.

Em colaboração com os brancos do Museu Nacional e do antigo Ministério da Educação e Cultura, os ticunas conseguiram a publicação do Toru Duu Ugu (Nosso povo), um livro em edição bilíngüe que, utilizando a tradição dos velhos contadores de história, conta, através de lendas, a origem do povo ticuna.

São casos, no entanto, ainda isolados, como lembra o lingüista Airon Rodrigues, que critica as relações Funai/índios, no que diz respeito à língua.

— Quando vêm a Brasília, e mesmo nos próprios postos indígenas, os índios não têm escolha. Ou falam em português, e só conseguem dizer metade do que queriam, ou falam na sua língua, e não são atendidos, porque ninguém faz a menor questão de entendê-los. Eis aí um poderoso instrumento de dominação.

Um dos fundadores da União das Nações Indígenas (UNI), o índio Marcos Terena, não hesita em afirmar que "a língua é um mecanismo de auto-defesa e o seu desaparecimento equivale à perda da própria identidade tribal". O que pode ser muito perigoso, principalmente a partir do decreto assinado em setembro pelo presidente Sarney, que faz uma distinção entre índios aculturados e não aculturados. Aos primeiros cabe uma sensível perda de direitos, inclusive no que diz respeito à terra, que passa a ser denominada "colônia indígena" e dividida em pequenos módulos.

— Primeiro, somos obrigados a aprender português e a nos afastarmos de nossas origens. E agora, exatamente por causa disso, deixamos de ser considerados índios e vemos nossos direitos serem tirados — protesta Terena.

Um "diálogo" patético

Sem ouvir seu idioma há anos, uma velha, última sobrevivente dos oiaicavantes, antiga tribo de Mato Grosso, proporcionou um dos momentos mais dramáticos do filme-documentário Terra dos Índios, de Zeltio Viana. A equipe gravou a fala da velha e, em seguida, ligou o gravador para que ela ouvisse. Entre risos, choros e gritos, a velha estabeleceu um patético diálogo com a máquina. Ninguém entendeu direito o que acontecia até um intérprete traduzir o "diálogo". Ela gritava para a sua própria voz que sala do gravador: "Não tenho pai, não tenho mãe, tenho fome, quero sair daqui, me tira daqui." Zeltio conta que depois mostrou o filme para um cacique cherokee, dos Estados Unidos, que fez um comentário profético sobre as lideranças indígenas entrevistadas no documentário: "vão morrer todos. Índio que sabe demais morre".

Pão da Bíblia vira mandioca

Ele Jesus disse: "Eu sou a mandioca da vida." Pelo menos é o que contam as 12 Bíblias traduzidas para idiomas indígenas (caingangue, mandurucu, carajá, apalai, guajajara, urubu-caapor, guarani, palicur, sateré, hixcariana, caiuí e maxacali) pelo polêmico Summer Instituto Lingüístico (SIL), dos Estados Unidos, há 30 anos pesquisando as línguas dos índios brasileiros e há meio século atuando em todo o mundo.

— No Novo Testamento, quando fala que é o pão, Jesus quer dizer que é a essência da vida. Para os índios, que não conhecem o pão, a mandioca é que é o alimento da vida — explica o piloto de aviação e administrador norte-americano James Walker, assessor da diretoria do Summer no Brasil. Trata-se de um instituto de orientação evangélica fundado em 1935, que pesquisa atualmente línguas não escritas em 40 países. Recebe freqüentes acusações de contrabando de minérios e envolvimento com a CIA e ameaças de expulsão em vários países, como Peru, Equador e México.

— Queremos apenas levar a palavra de Deus aos índios, mostrar a eles os nossos valores, que são os da Bíblia — defende-se Walker, explicando que cada Bíblia traduzida significa 15 ou até 20 anos de muito trabalho e que o instituto é mantido apenas com doações de igrejas evangélicas (batista, pentecostal, metodista, luterana e presbiteriana) e de cidadãos de várias partes do mundo, principalmente dos Estados Unidos.

Isto é suficiente, segundo ele, para manter no Brasil uma equipe de 180 pessoas (metade de norte-americanos) — dos quais 33 lingüistas —, três aviões Cessna-206 e uma gigantesca sede em Brasília.

Quanto à acusação de desrespeito à cultura indígena, Walker explica que o Summer não quer converter ninguém.

— Se os índios quiserem aceitar, que aceitem. Estamos apenas colocando mais uma opção nas mãos deles. E que mal há em ser cristão? — pergunta, acrescentando que o instituto não age só no campo religioso, tendo publicado diversos trabalhos de cunho meramente científico, como dicionários, cartilhas e vocabulários de várias línguas indígenas brasileiras.

Com isto não concorda a lingüista Ione Leite, do Museu Nacional, que acusa o Summer, no seu artigo *Estratégias e Ação no Brasil*, publicado na revista *Religião e Sociedade*, de deixar de ser uma instituição lingüística ou missionária para se tornar "porta-voz de uma política governamental".

Ione se refere a um livro sobre a Transamazônica publicado pelo instituto em 1974, na língua caiapó e com tradução para o português, ilustrado com desenhos de helicópteros, tratores e caminhões. A certa altura, o livro diz que a estrada foi construída "conforme ordem do Grande Chefe, que é presidente da República", para "levar o progresso a todo o país".